
EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DO NOVO RURAL BRASILEIRO E MERCADO DE TRABALHO PARA PROFISSIONAIS EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Ivoneti Catarina Rigon Bastiani (PPA-UEM/UEL)

“O empreendedor é uma máquina de geração de oportunidades. Por isso ele é tão importante para a sociedade.”

Jeffrey Timmons

RESUMO

O mundo rural no Brasil, principalmente na última década, tem sofrido profundas transformações quer sejam elas oriundas da base tecnológica, de movimentos sociais, de ordem econômica ou até mesmo de políticas públicas. A par de tudo isso, muito pouco se tem discutido sobre a questão empreendedora no contexto rural. Nosso estudo tem como objetivo central discutir a questão empreendedora no contexto do novo rural brasileiro a partir do conjunto de exigências, habilidades e oportunidades que são postas aos profissionais que atuam ou desejam atuar nesse campo de trabalho, quer na condição de empregados ou de empresários. Para tal discute-se: A questão empreendedora; o novo rural brasileiro e o conjunto de oportunidades; e, o perfil exigido do profissional de ciências agrárias para atuar no agronegócio brasileiro com ênfase ao gerenciamento da atividade agropecuária, bem como os papéis a serem desempenhados. Nosso trabalho não tem nenhuma pretensão de ser conclusivo acerca do assunto em razão, principalmente, dos poucos estudos já realizados.

Palavras-chave: Empreendedorismo; agronegócio brasileiro, mercado de trabalho.

1 – INTRODUÇÃO

O mundo rural no Brasil, principalmente na última década, tem sofrido profundas transformações quer sejam elas oriundas da base tecnológica, de movimentos sociais, de ordem econômica ou até mesmo de políticas públicas. A par de tudo isso, muito pouco se tem discutido sobre a questão empreendedora no contexto rural. Levantamos três hipóteses para encontrar uma possível explicação para o fato. A primeira deriva da dificuldade em realizar estudos desta natureza no meio rural, face à relativa facilidade em desenvolvê-los no contexto urbano. A segunda é que a área rural, de uma forma geral, não é considerada devidamente em importância por parte da grande maioria dos cursos de administração. E, a terceira – talvez a mais relevante – é que embora Schumpeter já tenha tratado da questão no início do Século XX, estudar o empreendedorismo é algo recente por parte da academia.

Nosso estudo tem como objetivo central discutir a questão empreendedora no contexto do novo rural brasileiro a partir do conjunto de exigências, habilidades e oportunidades que são postas aos profissionais que atuam ou desejam atuar nesse campo de trabalho, quer na condição de empregados ou de empresários. Para tal discute-se: A questão empreendedora; o novo rural brasileiro e o conjunto de oportunidades; e, o perfil exigido do profissional de ciências agrárias para atuar no agronegócio brasileiro com ênfase ao gerenciamento da atividade agropecuária, bem como os papéis a serem desempenhados. Este trabalho alia reflexões acadêmicas que vêm sendo desenvolvidas desde a metade dos anos noventa com a *praxis* na condução do negócio agrícola propriamente dito.

2 – A QUESTÃO EMPREENDEDORA E O MEIO RURAL BRASILEIRO

Sob a concepção *schumpeteriana* empreendedor é o indivíduo ou grupo de indivíduos que assume a responsabilidade de iniciar, manter e consolidar uma unidade empresarial, orientada para o lucro, por meio da distribuição de bens e serviços. Nesse sentido, o papel a ser desempenhado pelo empreendedor seria o de [...] *reformular ou revolucionar o padrão de produção pela exploração de um invento, ou mais geralmente, de uma possibilidade tecnológica não testada, para produzir um novo bem ou produzir um velho bem de uma nova forma* (Schumpeter:1942). De onde depreende-se a necessidade de inovação contínua e em sua concepção ampla.

No âmbito da atividade agropecuária, o processo de iniciar a exploração da atividade agrícola faz parte de uma tradição familiar de vivência onde os filhos aprendem com os pais as tarefas e suas rotinas, modos de produção, estilo de vida e padrões de conduta em família e perante a sociedade em geral. De acordo com Bastiani (1999), adentrar no negócio agrícola, na grande maioria das vezes, não faz parte de uma escolha entre alternativas de investimento disponíveis no mercado e de forma análoga ao que acontece no meio urbano. Os agentes, que fazem da agricultura a sua principal atividade econômica, não *escolheram* ser produtores rurais. Em geral essa *escolha* dá-se mais por um processo de legar, transcendendo de gerações em gerações, muitas vezes privilegiando o(s) descendente(s) do sexo masculino,¹ e tem uma

¹ Esse ato de legar não se restringe só ao fator terra. Com a terra são privilegiados um conjunto de valores que segundo Cunha(1998) implicam na existência de uma divisão de papéis na área rural que transmitem uma orientação de pai para filho homem nas atividades técnicas relativas à lavoura. A constatação deste autor é corroborada pelo trabalho desenvolvido por Bastiani et al (1999), ao estudar 13 mulheres rurais empreendedoras, identificaram que a participação de outros membros da família no auxílio da condução do negócio agrícola

forte vinculação ao que denominamos de afetividade em relação à terra. Pois, a terra – bem maior de riqueza material e de produção – é herdada e dela o agricultor passa a explorá-la com a finalidade de obtenção de renda. Este processo pode ser resumido da seguinte maneira: Os produtores rurais de ontem eram os avós, os de hoje, os pais e os de amanhã, com uma grande probabilidade, serão os filhos, notadamente os do sexo masculino, ao se manter o atual *status quo* no conjunto dos privilégios sucessórios encontrados no meio rural brasileiro.

Já no que diz respeito ao segundo e terceiro aspecto, representados por *manter e consolidar* a atividade empresarial é que demandam por decisões nas quais está inerente a condição de incerteza/risco. Tais decisões englobam escolhas tais como: culturas, tecnologias, máquinas, benfeitorias, modos de financiamento de investimentos de longo prazo, do capital de giro, mercados, escolha de pessoas, etc.

Nesse sentido há que se distinguir a natureza da atividade agrícola das demais atividades econômicas. Esta distinção se dá, segundo Bastiani (1999:3) em razão de:

Num primeiro momento, esta diferenciação não se dá só nos aspectos relativos à natureza da produção agropecuária e nas condições em que a mesma ocorre, mas também está relacionada a inserção da agricultura no conjunto de relações e interdependências entre fornecedores e compradores no contexto do agronegócio e, ainda, associada às características dos agentes de produção, cujo principal protagonista é o agricultor/produtor rural. Num segundo momento, cresce a preocupação com relação ao papel da agricultura, considerando suas características próprias, como um princípio fundamental útil à melhoria dos homens e para a reconstrução do mundo.

Como é sabido, os agentes econômicos que atuam na agricultura - o elo mais fraco na cadeia do agronegócio -, praticamente não tem poder de interferir no processo de formação dos preços quer dos insumos que utilizam, quer dos produtos agropecuários, em razão das estruturas de mercado nos segmentos antes e pós porteira. Junte-se a isto o movimento mundial de fusões e aquisições entre as empresas que operam nestes segmentos, onde o processo flagrante de concentração² pode aumentar ainda mais o uso de práticas anticompetitivas, à medida que o papel exercido pelas políticas públicas e institucionais não seja suficientemente forte para contrabalançar tal poder de mercado.

Certamente tais relações de poder face à agricultura, se constituem em alguns entraves ao desenvolvimento do potencial empreendedor por parte dos produtores rurais. Entre eles destacam-se: O grande hiato existente entre o produtor rural e o consumidor, dado a localização espacial, econômica, social e cultural do primeiro em relação ao segundo; o foco orientado internamente à produção ainda persistente em larga margem por parte dos agricultores, em nosso país; a aversão em assumir riscos por parte dos agricultores, seu capital social (em algumas regiões do país o analfabetismo no meio rural atinge um terço da população) e por último a sua própria imagem social. Degen (1989) pondera que os três últimos aspectos se constituem nos mais importantes fatores inibidores do potencial empreendedor. Há que se considerar que sua análise tem como referência o meio urbano. Na

ocorria somente no aspecto *condução da lavoura*, estando sempre associado a membros da família pertencentes ao sexo masculino.

² O exemplo citado pelo Jornal da Ciência de 30/03/2000 é altamente esclarecedor desse processo. Há 20 anos haviam 7000 empresas produtoras de semente no mundo, em março/2000 apenas 10 empresas controlam 40% desse mercado.

realidade rural também acreditamos que tais fatores sejam tão importantes quanto os demais aspectos anteriormente citados.

A par disso, no meio rural brasileiro está havendo uma verdadeira revolução (até certo ponto silenciosa) nas relações cidade-campo *vis-a-vis* campo-cidade. Onde a inovação tem desempenhado um papel fundamental na direção do crescimento das atividades já consolidadas, bem como de ampliar o conjunto de oportunidades a serem exploradas, ou seja, a consolidação do espírito empreendedor tanto em relação a dar forma nova à velhas atividades, quanto de explorar brechas novas ainda não percebidas. Uma visão mais abrangente desta nova realidade é abordada no próximo tópico.

3 – O NOVO RURAL BRASILEIRO E O CONJUNTO DE OPORTUNIDADES

Graziano(1999) aponta que o novo rural brasileiro não pode mais ser entendido como apenas um espaço voltado à atividade propriamente agropecuária de que trata o agronegócio. Está assumindo uma nova dimensão econômico-social cuja principal inovação ocorre por conta do conjunto de bens considerados como **não tangíveis** e de novos produtos, não necessariamente novos em descobertas. Ao analisar o conteúdo dessas mudanças, Graziano (1999:ix) caracteriza esta nova dimensão do rural em quatro grandes subconjuntos, quais sejam:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural, e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os *sem-sem*, [...] que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;
- c) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- d) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Uma análise mais acurada do que está ocorrendo no palco das transformações do espaço rural brasileiro, permite-nos identificar que a inovação ocorre em consonância às características inerentes às atividades agrícolas *stricto sensu* de um lado e, de outro lado, em conformidade àquelas atividades consideradas como não agrícolas, ou seja, as pressões para o produtor rural inovar são distintas, mas a razão para fazê-lo está sempre associada ao fator melhoria da renda.

Para o primeiro grupo destacam-se: o desenvolvimento da base tecnológica tanto de produtos quanto de processos; produtos para atender determinados nichos de mercado; e, novos tipos de comercialização que envolvem uma maior aproximação entre produtor/consumidor, cujo relacionamento é totalmente distinto do tradicional mercado de produtos agrícolas, como é, por exemplo o mercado de produtos orgânicos.

O conjunto das atividades exercidas no meio rural, mas consideradas como não agrícolas, compreende uma série de atividades voltadas ao lazer, ao turismo e ao esporte e que têm ganhado relevância à medida que servem como compensação à crescente deterioração da qualidade de vida no meio urbano. Tais atividades têm contribuído significativamente à elevação da renda e do emprego no meio rural. De acordo com dados da PNAD de 1990, de cada três pessoas ocupadas no meio rural, uma delas dedicava-se à atividades não agrícolas e, segundo Graziano(1999:18) [...] *as pessoas ocupadas no meio rural em ramos de atividades não agrícolas tinham renda média maior do que a dos que trabalhavam em atividades agropecuárias, em 1990*. Na média geral, as rendas provenientes das atividades outras que não das atividades agropecuárias *stricto sensu*, superavam estas em quase um terço.

3.1 – A AMBIÊNCIA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA –U.P.A.- NO CONTEXTO DO NOVO RURAL BRASILEIRO.

No rol das transformações ocorridas no contexto rural brasileiro, por pressões de natureza exógena à unidade de produção agropecuária, estão um conjunto de agentes privados, públicos e para-públicas, como é o caso das ONGs que vêm desempenhando um papel relevante ora no que diz respeito à proteção do meio ambiente, ora defendendo os interesses dos consumidores e/ou dos produtores. A dinâmica é diferenciada segundo o leque de interesses a ser defendido. Do lado dos agentes privados (antes e depois da porteira) as pressões sobre a unidade de produção agropecuária vão desde o poder de mercado exercido por tais agentes, anteriormente citado, até ao que Neves et al (2000:47) chamam de [...] *capacidade de adaptação como diferencial competitivo, isto é, a agilidade de responder a mudanças nos ambientes mercadológico, tecnológico e institucional*.

Para os agentes públicos as pressões, por parte dos agricultores e até mesmo da sociedade, decorrem da demanda por políticas públicas voltadas à solução de problemas econômicos e sociais no contexto da produção agropecuária e que visem gerar vantagens competitivas. São exemplos: a educação básica, a redução do analfabetismo, a profissionalização de produtores, as condições quanto à infra-estrutura; a extensão rural, o meio ambiente, a saúde, etc.

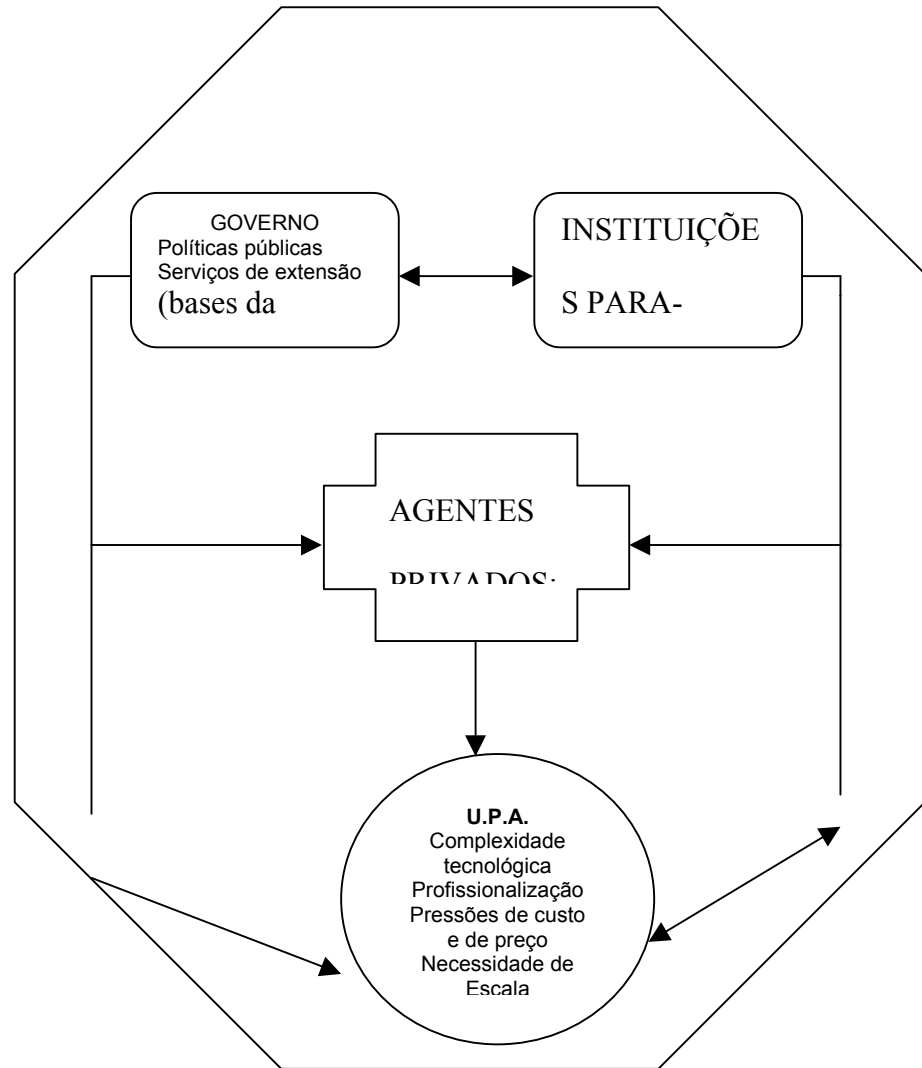
Já no que diz respeito à atuação das instituições para-públicas, a pressão tem sido exercida no sentido da solução de problemas sociais, ambientais, de consumo entre outros e que impactam diretamente sobre a realidade de gestão na unidade de produção agrícola. Salienta-se que muitas vezes os objetivos da luta de tais instituições são contrários aos interesses dos produtores rurais.

A figura 1 ilustra tais relacionamentos de onde se percebe claramente o nível de dependência, barreiras e dificuldades que os produtores rurais se defrontam na condução do negócio agrícola. É justamente neste contexto que o espírito empreendedor faz a diferença pois, permite que o agente econômico visualize o mundo e sua ambiência, associado a um conjunto de técnicas e conhecimentos que permitam detectar oportunidades e obter resultados a partir de sua exploração.

Filion (1999:17) afirma que *Para detectar oportunidades de negócios, é preciso ter intuição, intuição requer entendimento, e entendimento requer um nível mínimo de conhecimento*. Tal nível mínimo de conhecimento pode ser obtido tanto pela via formal (a

escola) quanto pela informal (através da experiência/vivência da realidade). No âmbito da complexidade da realidade rural, notadamente a brasileira, o conhecimento é adquirido, fundamentalmente, através da aprendizagem informal traduzida pelo processo de transmissão de todo um cabedal de práticas, rotinas e valores de pai para filho homem, cuja ênfase tem sido na solução dos problemas relacionados à produção (lavoura e/ou pastoreio). Daí a grande relevância da educação da população rural, cujos conteúdos considerem sua realidade específica, bem como da constante profissionalização dos produtores, especialmente dos jovens pois maior será a sua influência no ambiente familiar.

Figura 1: A ambiência na qual se circunscreve a unidade de produção agropecuária – U.P.A. - no contexto do agronegócio brasileiro



4 – O PERFIL EXIGIDO DO PROFISSIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO QUE DIZ RESPEITO AO GERENCIAMENTO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

As rápidas mudanças que estão se sucedendo na ambiência agrícola põem à mesa desafios extraordinários no sentido de compatibilizar o desenvolvimento econômico, com a promoção humana e equilíbrio dos recursos naturais do planeta terra. Surge daí a preocupação com o desenvolvimento sustentado, o qual assume diferentes dimensões de acordo com o grau de desenvolvimento atingido por uma região ou país, bem como no que diz respeito ao potencial de recursos naturais existentes e o papel que estes desempenham para a manutenção da vida na terra.

4.1 – O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Países desenvolvidos e em desenvolvimento têm apresentado preocupações comuns as quais emergem, de uma parte, pelas pressões na direção da competitividade *versus* a preservação meio ambiente e, de outra parte, as preocupações com a erradicação da fome e da pobreza no mundo, notadamente nas regiões pertencentes ao Terceiro Mundo. Problema este que, a par de todo o desenvolvimento científico e tecnológico no planeta terra, o ser humano não foi capaz de resolver.

Nesse contexto não se pode deixar de mencionar o impacto que a revolução na informação trouxe à humanidade à medida que tornou o planeta terra em um *único* mundo. Some-se a isto a crescente interdependência entre as nações com vistas à solução de problemas comuns como por exemplo: O narcotráfico, proteção da camada de ozônio, a questão da água, de poluentes etc.

É justamente desse aparato todo que cresce a consciência quanto ao desenvolvimento sustentado, ou seja, o de [...] *atender as necessidades e aspirações da geração presente sem comprometer o atendimento dessas necessidades por parte das gerações futuras* (WCED, 1987). A partir dessa consciência, juntamente com todo o conjunto de pressões pelas quais passa a agropecuária brasileira, é que aflora o desafio maior quanto às questões de qualificação e de conhecimento que o gestor/empreendedor da unidade de produção agropecuária deve reunir.

4.2 – DESAFIOS DE GESTÃO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FACE ÀS NOVAS REALIDADES E EXIGÊNCIAS

Num primeiro plano o desafio advém da necessidade em se considerar o todo e, ao mesmo tempo, cada parte que o compõe. Ou seja, entender o papel da floresta, bem como de cada árvore integrante da mesma. Isto implica dizer da necessidade de o gestor da unidade de produção agropecuária ter uma visão holística interna e externa à unidade produtiva. Fillion (1999:10) nos coloca que a visão é uma condição vital básica para o desenvolvimento de qualquer negócio, constituindo-se *num sonho realista e alcançável*, acrescentando, ainda, que: *Quanto mais completo for o conhecimento do empreendedor e, ainda, sua imagem e entendimento de um setor de negócios, tanto mais realista será sua visão*. Com relação à visão holística externa, o autor pondera: “É difícil visualizar um nicho no mercado a ser ocupado no futuro sem um claro entendimento dos espaços ocupados por outros no setor”. Já,

no nível interno a visão empreendedora pode ser reconhecida através de processos inovadores que permitem: reduzir custos, melhorar a qualidade, entre outros. Entretanto e para que isto aconteça são necessários transpor alguns desafios como:

- a) Reconhecer e fazer uso de conteúdos de inúmeras disciplinas como: Sociologia, psicologia, educação em extensão, informação tecnológica, ciência da informação, etc.
- b) Dominar um conjunto crescente de habilidades – sobre as quais falaremos no tópico 4.2.1 -, de forma a poder tratar da solução de problemas cada vez mais complexos.
- c) Dividir papéis de acordo com as habilidades e potenciais das pessoas, formar equipes e torná-las co-responsáveis pelo trabalho.

4.2.1 – Habilidades requeridas do gestor da unidade de produção agropecuária

Baseado no enquadramento feito por Chamala (1999:8), a partir das habilidades críticas requeridas do gestor rural consideradas por Henry (1999), com vistas à obtenção de sucesso na gestão da atividade agropecuária face aos novos desafios anteriormente apontados, apresentamos de forma ampliada as quatro categorias de habilidades:

a – Domínio de habilidades para tratar de questões econômicas e computacionais:

- Finanças (Mercado Financeiro);
- Produção (indicadores micro e macro);
- Mercado (tendências): *commodities versus* produtos de maior valor agregado;
- Computação: Internet, soft's, etc.

b – Domínio de habilidades no trato das questões sociais e das relações pessoais:

- Boa comunicação;
- Habilidade para formar *networks* como fonte de informações;
- Motivação para atingir objetivos;
- Estar disposto a trabalhar duro por longos períodos;
- Possuir o domínio da prática;
- Estabelecer redes com pessoas bem sucedidas;
- Possuir atitudes éticas.

c – Conhecimento técnico e habilidades relacionadas a:

- Solos;
- Plantas;
- Animais;
- Máquinas e equipamentos agrícolas;
- Clima;
- Alguns conhecimentos básicos sobre: eletricidade, hidráulica, carpintaria, etc.

d – Habilidades no campo da gerência, requer o domínio para lidar com os seguintes aspectos:

- Administração da produção;
- Administração das finanças da unidade de produção e das finanças pessoais;
- Administração das atividades a serem desenvolvidas pelas pessoas;
- Administração de sistemas de informações: Contabilidade, custos, fluxo de caixa, investimentos, juros, etc.
- Administração dos impactos causados pelas mudanças que ocorrem nos campos de: preferências de consumo, padrões de demanda, exigências ambientais, segurança alimentar, etc.
- Administração do fator mobilidade/flexibilidade em razão das características peculiares do processo produtivo agropecuário.

Essas quatro categorias de habilidades requeridas fazem parte do que Sveiby (1998) *apud* Batalha et al (2000:17) denominou de [...] capacidade de agir em diversas situações para criar tanto ativos tangíveis quanto intangíveis [...]. Ou seja, a competência individual é vista como um fenômeno contextualizado e que não pode ser copiado.

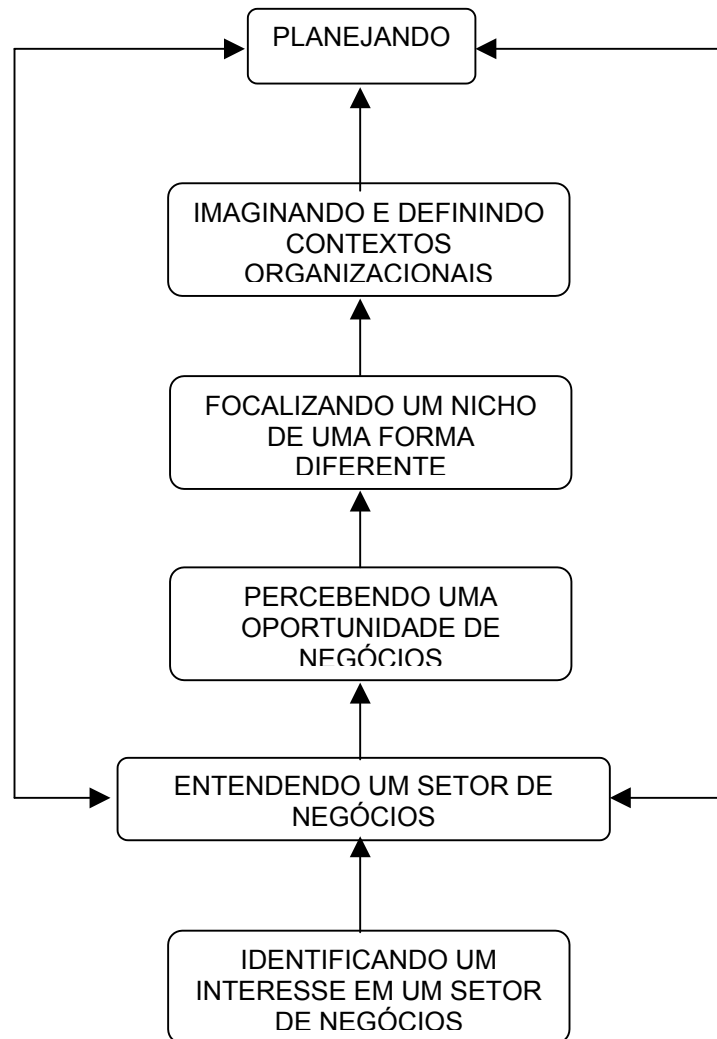
Segundo o autor a competência individual é desenvolvida por meio de programas educacionais, treinamento de práticas e reflexões sobre os próprios erros. Esse processo engloba cinco elementos mutuamente dependentes, quais sejam:

- a) conhecimento explícito: envolve o conhecimento dos fatos, sendo adquirido principalmente através da educação formal;
- b) habilidade: a arte de *saber fazer* envolve uma proficiência prática, física e mental adquirida sobre tudo por treinamento e que pressupõe o conhecimento de regras, procedimentos e habilidades de comunicação;

- c) experiência: adquirida principalmente pela reflexão sobre erros e sucessos passados;
- d) julgamento de valor: percepções do que o indivíduo acredita estar certo, agindo como filtros conscientes para o processo de saber de cada indivíduo;
- e) rede social: formada pelas relações pessoais do indivíduo, dentro de um ambiente e uma cultura transmitidos pela tradição.

Em relação ao grau de conhecimento do empreendedor, Filion (1999:10) assevera: [...] *Quanto mais completo for o conhecimento do empreendedor e, ainda, sua imagem e entendimento de um setor de negócios, tanto mais realista será a sua visão.* O autor ressalta que o processo visionário é composto de seis elementos conforme mostra a figura 2.

Figura 2: O processo visionário segundo Filion.



Fonte: Filion, op. cit. p. 9

Na pesquisa desenvolvida por Filion (1999:9) foi possível identificar que os empreendedores bem sucedidos foram aqueles que conduziram o seu negócio de forma gradual, cujo processo de aprendizagem envolveu a capacidade de: [...] *concentrar, a estabelecer limites para a sua atividade, a definir essa atividade e a escolher o alvo a ser atingido*. Por outro lado, o autor enfatiza que muito embora algumas pessoas tenham tido idéias consideradas brilhantes, mas pelo fato de não terem tido a competência de transformar tais idéias em oportunidades seus negócios não prosperaram.

4.2.2 – A formação de recursos humanos para o agronegócio brasileiro

Batalha et al (2000) num estudo amplo acerca da formação de recursos humanos para o agronegócio brasileiro constatou, entre outros aspectos o seguinte:

- a) ênfase geral dos cursos de graduação da área de ciências agrárias para o conhecimento científico e tecnológico específico, tais como: ”produção agrícola, produção pecuária, florestas, alimentos, etc.;
- b) em alguns cursos, como é o caso da agronomia, a principal deficiência identificada está no fato de não estimularem o aluno a ter iniciativa;
- c) Os cursos de graduação em ciências agrárias, bem como aqueles voltados ao agronegócio como é o caso da engenharia de produção e de alimentos, a administração e economia apresentam como carência geral os aspectos referente a conhecimentos sobre planejamento estratégico e finanças, nos conteúdos ofertados;
- d) O direcionamento tem sido o de formar para ser empregado;
- e) Uma carência enorme quanto à formação empreendedora.

Em sentido amplo, Batalha *et al* (2000:112) [...] *argumentam que a formação de recursos humanos para o agronegócio brasileiro deveria prover o mercado com profissionais cada vez mais capazes de aliar qualidades pessoais (subjetivas) com qualidades técnicas (objetivas), formando um profissional polivalente, como é o próprio setor agroindustrial.* Como requisito para que isto aconteça, os autores argumentam como sendo de fundamental importância que as IES brasileiras sejam capazes de manter e ampliar seu papel indutor de novas demandas no tocante aos recursos humanos voltados para o atendimento das necessidades deste importante segmento da economia brasileira, aliás o mais importante.

No que diz respeito a relação entre a oferta de profissionais para o mercado de trabalho e a demanda por conhecimentos/habilidades desses profissionais, os resultados obtidos por Batalha *et al* (2000) identifica o quesito *capacidade de análise e desenvolvimento de novos empreendimentos* como sendo o quesito prioritário na formação acadêmica de forma a atender às necessidades dos segmentos apontados.

É patente que todo esse cabedal de conhecimento não pode ser reunido por uma única pessoa. O profissional das ciências agrárias deve incorporar, além do aspecto da multifuncionalidade, as preocupações com os papéis a serem desempenhados pela família rural em razão de ser ela, na grande maioria das vezes, a responsável por fazer as coisas acontecerem no campo. Assim, o envolvimento da mulher e dos jovens nas atividades do negócio rural reveste-se de fundamental importância com vistas a busca e o atingimento de padrões de competitividade no negócio rural, assunto sobre o qual teceremos algumas considerações no próximo tópico.

4.2.3 – A divisão de papéis e a questão de gênero na agricultura brasileira

Dos elementos até então aqui postos, a divisão de papéis com vistas à condução do negócio rural, se constitui num dos grandes desafios no âmbito do espaço rural brasileiro. Espaço este, tradicionalmente, de domínio machista onde o papel da mulher tem sido sistematicamente relegado a uma condição inferior. Entretanto, nos países desenvolvidos e até mesmo naqueles em desenvolvimento, como é o caso da Malásia, o trabalho da mulher rural tem sido reconhecido em importância e, até mesmo, como um diferencial de competitividade.

Políticas públicas estão sendo implementadas com vistas à profissionalização da mulher rural, de forma a integrá-la economicamente no negócio rural.

Paralelo à preocupação com o trabalho da mulher rural está o papel do jovem rural, pois tradicionalmente a família rural no Brasil não tem sido democrática de forma a facilitar o atendimento às aspirações dos jovens e aos interesses da mulher. Queiroz e Lemos (2000) ao estudar o processo de urbanização das atividades rurais, estas tendiam a envolver exclusivamente as gerações jovens as quais se mostraram abertas às novas atividades a serem desenvolvidas no contexto rural, enquanto que as gerações mais velhas permaneciam nas atividades agrícolas tradicionais. Já o trabalho desenvolvido por Torrens (2000) no Sul do Brasil identifica que embora os jovens rurais sejam pressionados a migrar para as cidades, como uma forma de sobrevivência alternativa, uma grande parcela deles manifestou a vontade de continuar na atividade agrícola através da exploração de outras atividades rurais. Isto mostra o quão grande é o potencial de desenvolvimento do espírito empreendedor destes jovens.

Solucionar as questões do jovem, aliada a de gênero, na atividade agropecuária é de importância fundamental como forma de, a médio e a longo prazos, ser o garantidor da continuidade da agricultura familiar e, da consolidação e ampliação dos padrões de competitividade do negócio agropecuário no Brasil.

4.3 - MERCADO DE TRABALHO PARA O PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

O mercado de trabalho para o profissional de ciências agrárias tem sofrido profundas modificações de ordem institucional, conceitual e de absorção, em razão de inúmeros fatores tais como: Redesenho do papel do estado no que diz respeito à agropecuária (por exemplo a EMATER/PR não contrata profissionais para os trabalhos de extensão e assistência técnica há cerca de uma década); um certo deslocamento da assistência técnica, que era desempenhada pelo setor público, para o setor privado; o processo de concentração de empresas pertencentes ao segmento antes da porteira; desenvolvimento científico-tecnológico; o crescimento das atividades consideradas como não agrícolas mas exercidas no meio rural e assim por diante.

Todo esse processo de mudanças contínuas e crescentes em velocidade nos permite indicar duas dimensões em termos de ocupação econômica por parte dos profissionais das ciências agrárias. A primeira continua sendo aquela associada ao emprego em uma organização voltada à exploração de atividades que giram em torno da agricultura, de cujo profissional será exigido a qualidade de profissionais empreendedores, ou seja, os denominados *intrapreneurs* que demonstrem vontade e aptidão para realizar algo, mudar o *status quo* na concretização dos objetivos corporativos. Esta visão é corroborada pelos resultados obtidos da pesquisa desenvolvida por Batalha et al (2000), onde o conhecimento sobre como analisar e desenvolver novos empreendimentos, foi considerado como sendo *absolutamente necessário* por parte dos segmentos cooperativo, financeiro e de transporte e armazenagem e, *necessário*, pelos demais segmentos do agronegócio pesquisados.

A segunda dimensão do trabalho para o profissional de ciências agrárias é a de ele próprio tornar-se um empreendedor explorando oportunidades latentes no conjunto imenso de potencialidades que a realidade rural brasileira oferece. Para isto, não basta só o conhecimento técnico adquirido nos bancos escolares, em especial na universidade, a sua formação enquanto

empresário do setor rural, depende da acumulação de habilidades relevantes aliada à experiência (aprendizado contínuo) e, de sua capacidade em liderar pessoas e estabelecer redes de contatos, conforme exposto nos itens anteriores, em especial no item 4.2.

4.4 – A ÉTICA E A PREOCUPAÇÃO HUMANA

Todos os aspectos anteriormente abordados não se revestiriam de valor caso não se colocasse em relevância o papel da ética, tanto por parte daqueles que desejem tornar-se profissionais empreendedores quanto daqueles que venham a optar por serem empreendedores em atividades relacionadas ao mundo rural.

A dimensão ética no negócio rural assume uma importância tal que se torna difícil de se estabelecer um possível delimitação tão somente no senso de “tratar os outros como você quer ser tratado”, em razão do produto da atividade agropecuária estar direta e indiretamente ligado à dimensão vida humana em sua plenitude. É através de um elevado padrão ético que se poderá assegurar o sucesso na exploração da atividade no longo prazo.

João Paulo II em sua mensagem para O Dia Mundial da Paz nos diz:

Chegou talvez o momento de uma nova e profunda reflexão sobre o sentido da economia e seus fins. [...] o sucesso econômico está cada vez mais condicionado pelo fato de serem valorizadas as pessoas e as suas capacidades, promovida a participação, cultivados mais e melhor os conhecimentos e as informações, incrementada a solidariedade.

A agricultura em sendo considerada a base fundamental da sociedade, em razão dos serviços que a mesma oferece à humanidade, não pode prescindir de lições como esta.

CONCLUSÃO

Compreender o lado empreendedor é entender que a riqueza de uma nação é medida pela sua capacidade de produzir, em quantidades suficientes, os bens e serviços que são necessários ao bem-estar da população. E é através do empreendimento agropecuário que são produzidos os alimentos dos quais o ser humano não pode prescindir.

Há que se considerar, ainda, que as instituições de apoio às atividades exercidas no meio rural não tem contemplado adequadamente o aspecto do empreendedorismo por parte dos produtores rurais, bem como dos profissionais em ciências agrárias.

A própria academia ainda não despertou para a questão havendo, portanto, uma defasagem no tocante ao conteúdo empreendedorismo entre as exigências impostas de um lado pelo mercado e de outro, a preparação do profissional de ciências agrárias. Aliás, o primeiro considera o conhecimento, a habilidade e a experiência neste campo profissional como sendo de fundamental importância.

Apesar da questão empreendedora ser altamente importante, longe está a pretensão de que a formação empreendedora dos profissionais egressos das ciências agrárias venha

resolver em grande parte os problemas de emprego/trabalho por parte desses profissionais. A formação acadêmica, também empreendedora, seguramente permitirá direta ou indiretamente uma melhor capacitação individual para o enfrentamento dos desafios à solução de problemas advindos do agronegócio em particular e do mundo em geral.

BIBLIOGRAFIA

BASTIANI, I. C. R. Novo rural: O produtor rural na condição de empreendedor. In Primer Congreso Internacional da Ibero Academy of Management. **Anais**. Madrid, 1999.

BASTIANI, I. C. R. et al. Women entrepreneurship in the rural activity: a study in an agricultural cooperative in Brazil. In **BALAS 2000**. IESA, Caracas.

BATALHA, M. O. *et al.* **Recursos humanos para o agronegócio brasileiro**. Coordenação geral: Mário Otávio Batalha. Brasília: CNPq. 2000.

CUNHA, A. D. C. Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo (PB). In BRUSCHINI, C. & BUARQUE DE HOLLANDA, H. **Horizontes plurais: Novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 1998.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: Fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: MacGraw Hill, 1989.

FILION, L. J. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. V.39 , n. 4, p. 6-20 (Out./Dez. 1999).

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção pesquisas n. 1)

JOÃO PAULO II. Urgência numa revisão da economia. **L'Osservatore Romano**. N. 1.566.

JORNAL DA CIÊNCIA. SBPC. N. 1509 de 30/03/2000. Via Internet.

NEVES, M. F., CHADDAD, F. R. e LAZZARINI, S. G. **Alimentos: Novos tempos e conceitos**. São Paulo: Editora Guazzelli Ltda, 2000.

QUEIROZ, E. A. e LEMOS, M. B. Multi-activity of the rural family in a changing labor market. In: X World Congress of Rural Sociology –IRSA. **Anais**. Rio de Janeiro, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

TORRENS, J. C. S. Rural and urban representations in the rural youth in the south of Brazil. In: X World Congress of Rural Sociology –IRSA. **Anais**. Rio de Janeiro, 2000.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT –1987. Our common future. N.Y.: Oxford University Press.

